

SUMÁRIO PÚBLICO

DO PLANO DE MANEIO FLORESTAL

Concessão Florestal de Condue
Distritos de Muanza e Cheringoma, Província de Sofala
LEVASFLO, LIMITADA

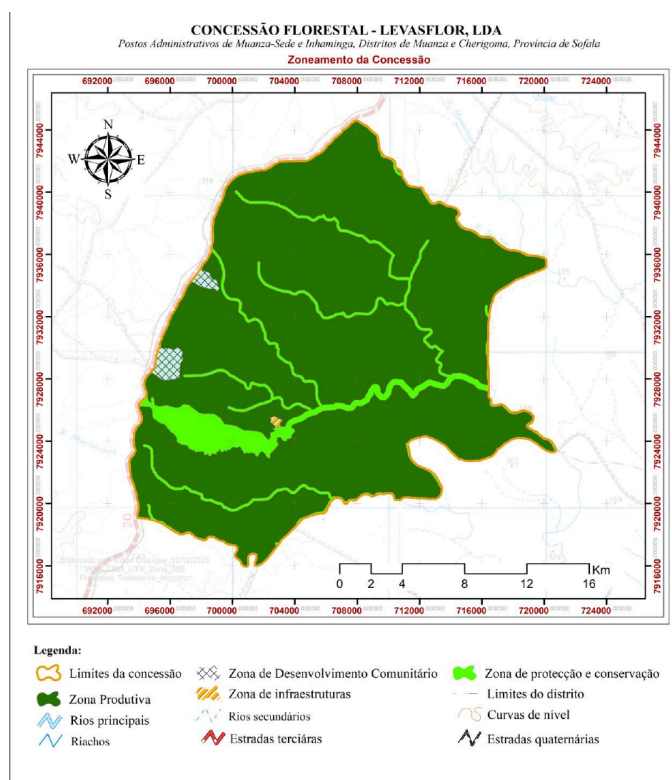


Figura 1: Zoneamento da área de concessão.
Fonte: Autor (2025)

Elaborado com base no Plano de Maneio Florestal Revisto (Versão 5, Junho de 2025)
Documento preparado em conformidade com o Indicador 7.5 / 7.5.1 do FSC-STD-MOZ-01-2026

Data: Janeiro de 2026

1. Introdução e Finalidade do Documento

O presente Sumário Público resume, em linguagem acessível, o conteúdo do Plano de Maneio Florestal Revisto elaborado para a Concessão Florestal de Condue, nos distritos de Muanza e Cheringoma, Província de Sofala, gerida pela empresa LevasFlor, Lda.

Este sumário destina-se a ser disponibilizado gratuitamente a todas as partes interessadas (comunidades locais, autoridades, organizações não-governamentais, compradores e outros interessados), em cumprimento do Princípio 7 (Planeamento) do Padrão de Maneio Florestal do FSC para Moçambique (FSC-STD-MOZ-01-2026), nomeadamente o Critério 7.5 e o Indicador 7.5.1, que exigem a disponibilização pública e gratuita de um resumo do plano de maneio, compreensível às partes interessadas, incluindo mapas e excluindo informação confidencial.

Este documento é distinto do Sumário Público Anual de Monitoria (referente ao Indicador 8.4.1), que reportará anualmente, em português e inglês, os resultados da monitoria ambiental e social das actividades realizadas ao abrigo deste plano de maneio.

A validade deste sumário acompanha a vigência do Plano de Maneio Florestal que lhe deu origem, devendo ser actualizado sempre que o plano de maneio for revisto (nos termos do Indicador 7.4.1, no mínimo a cada 3 anos, ou sempre que ocorram alterações significativas).

2. Identificação do Concessionário e da Unidade de Maneio

Item	Informação
Concessionário	LevasFlor, Limitada
Sede social	Av. de Mártires da Revolução, nº 1718, Bairro de Macuti, Cidade da Beira, Sofala
Indústria (serração)	Condue, Posto Administrativo de Inhaminga, distrito de Cheringoma, Sofala
Alvarás	3417/07/01/RT/2019; 0746/07/01/GR/2010; 0001/07/01/PS/2010
NUIT	400133591
Contacto	Telefone: +258 848 401 241 Website: www.levasflor.com
Área total da concessão	46.239,80 ha
Localização	Postos Administrativos de Muanza-Sede e Inhaminga, distritos de Muanza e Cheringoma, Província de Sofala
Coordenadas UTM (aprox.)	X: 690.000 – 720.000 Y: 7.915.000 – 7.945.000 (Zona 37S)
Ciclo de corte	20 anos
Número de blocos de exploração	20 blocos (área média de 2.054,9 ha/bloco)

A concessão é limitada a Norte pelo rio Zâmbue e pela Floresta Comunitária de Maciambosa; a Sul por um riacho afluente do rio Chineziua, próximo à Fazenda do Bravio da Domboawara Safaris; a Este por um riacho que desagua no rio Zâmbue, junto à Localidade de Maciambosa; e a Oeste pela Estrada Nacional 213 (Muanza–Inhaminga).

A empresa dedica-se à exploração, processamento e comercialização de produtos florestais desde 2005 (mais de 20 anos de experiência), possuindo um Plano de Maneio elaborado inicialmente em 2005 (Miombo Consultores), revisto em 2010, 2015 e 2020, e novamente revisto em Junho de 2025 (documento em que este sumário se baseia).

3. Descrição da Área e dos Recursos Naturais

3.1 Clima, topografia e recursos hídricos

A área apresenta clima tropical chuvoso de savana, com precipitação média anual entre 1.000 e 1.400 mm e temperaturas médias entre 24 e 26 °C, com estação chuvosa de Novembro a Abril. O relevo é suavemente acidentado (altitudes entre 110 e 276 m), sendo a área atravessada pelos rios Zâmbue, Chineziua e Nhaciquideze, entre outros cursos de água de menor dimensão.

3.2 Uso e cobertura da terra

A concessão é predominantemente coberta por floresta de Miombo, distribuída em 7 classes de uso e cobertura da terra, destacando-se a Floresta Semi-Sempre Verde (52,85%), a Floresta Decídua incluindo Miombo (32,89%) e a Vegetação Arbustiva (11,99%).

3.3 Fauna

A concessão situa-se entre duas importantes áreas de conservação de Moçambique — o Parque Nacional da Gorongosa e a Reserva Especial de Búfalos de Marromeu — o que favorece a ocorrência de fauna bravia diversa, incluindo espécies classificadas pela IUCN como vulneráveis (leão, leopardo) ou ameaçadas (pangolim), entre outras de pequeno, médio e grande porte.

3.4 Zoneamento da concessão

Do total de 46.239,80 ha, a empresa reserva cerca de 4.622,20 ha (10% da área) para protecção e conservação, junto aos principais cursos de água, excluindo estas áreas do cálculo do Corte Anual Admissível. O mapa seguinte ilustra o zoneamento da concessão.

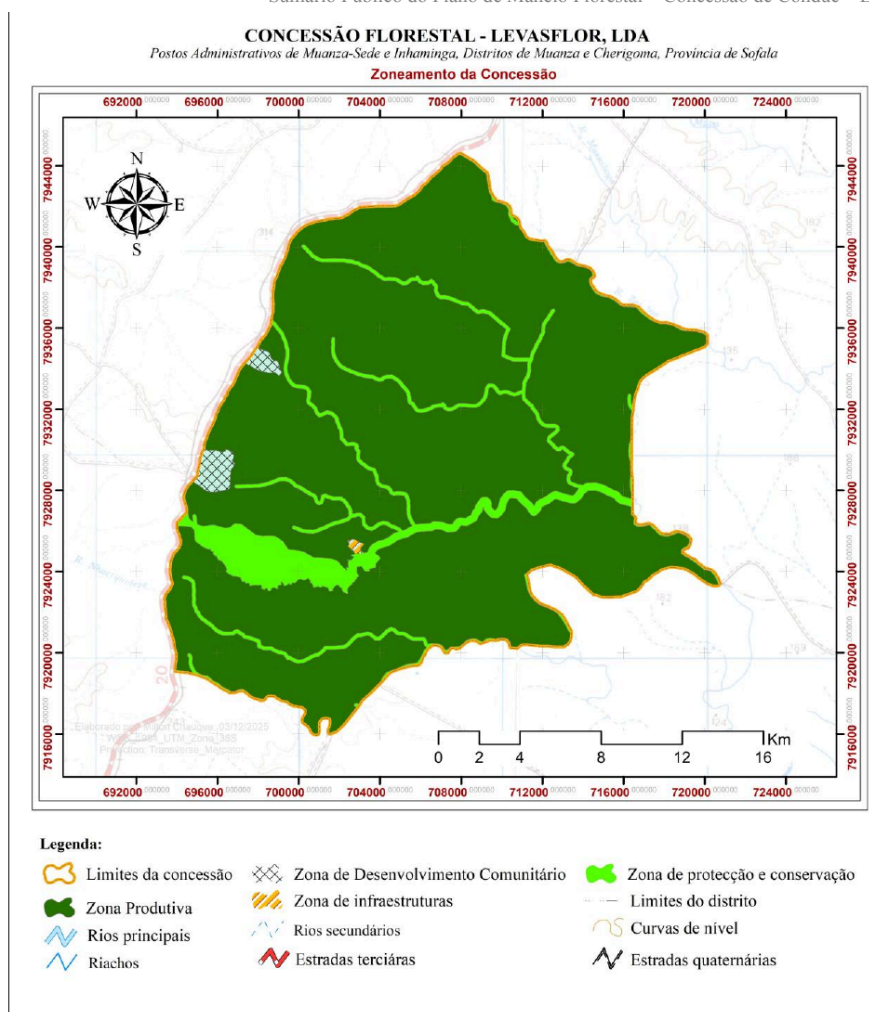


Figura 1: Zoneamento da área de concessão.
Fonte: Autor (2025)

Figura 1 – Zoneamento da área de concessão (zona produtiva, zona de protecção e conservação, zona de desenvolvimento comunitário e zona de infra-estruturas). Fonte: Plano de Maneio Florestal Revisto, LevasFlor (2025).

4. Objectivos do Maneio Florestal

A política de gestão do Concessionário assenta nos seguintes objectivos principais:

- Garantir a exploração sustentável com base no Corte Anual Admissível (CAA), num volume total de referência de cerca de 21.727 m³/ano;
- Maximizar o uso racional dos recursos disponíveis, assegurando retornos económicos com o mínimo impacto nos recursos naturais;
- Garantir uma gestão ambiental, social e económica apropriada, em conformidade com a legislação aplicável;
- Reforçar os mecanismos de fiscalização da área florestal, gerando postos de trabalho para as comunidades locais;
- Criar mais de 160 postos de emprego, dos quais cerca de 95% preenchidos por membros das comunidades circunvizinhas.

São consideradas actividades vedadas na concessão, entre outras: a exploração sem licença ou acima do CAA; actividades mecanizadas ou de exploração dentro de um raio de 50 m dos principais rios; e quaisquer acções que promovam queimadas descontroladas, caça furtiva ou a exploração de espécies de flora e fauna raras ou ameaçadas.

5. Recursos Florestais e Corte Anual Admissível (CAA)

Indicador	Valor
Área total da concessão	46.239,80 ha
Área de protecção	676,00 ha
Área de conservação	3.946,20 ha
Área produtiva líquida	41.098,00 ha
Volume total explorável (todas as espécies)	21.755 m³/ano
Volume de corte anual (espécies comerciais)	21.144 m³/ano
Ciclo de corte	20 anos
Número de blocos de exploração	20 blocos (2.054,9 ha/bloco/ano)

As principais espécies comerciais exploradas e os respectivos volumes de corte anual admissível incluem: Messassa (12.561 m³/ano), Mutiria (1.027 m³/ano), Mugonha (980 m³/ano), Mucarala (576 m³/ano), Umbila (512 m³/ano), Messassa encarnada (571 m³/ano), Jambirre (470 m³/ano), Missanda (311 m³/ano), Chanfuta (228 m³/ano), Sândalo africano (95 m³/ano) e Pau-preto (13 m³/ano), entre outras espécies de menor volume.

Entre 2020 e 2024, a empresa explorou um total de 30.433 m³, reduzindo o volume disponível de 543.883 m³ (estimado em 2020) para 407.215 m³ na presente revisão, considerando também as perdas por queimadas descontroladas e reservas de compensação para garantir a sustentabilidade da área.

O mapa seguinte apresenta a subdivisão da concessão nos 20 blocos de exploração florestal, cada um dos quais é intervencionado uma vez a cada ciclo de corte (rotação bienal de blocos, com todo o ciclo a repetir-se a cada 20 anos).

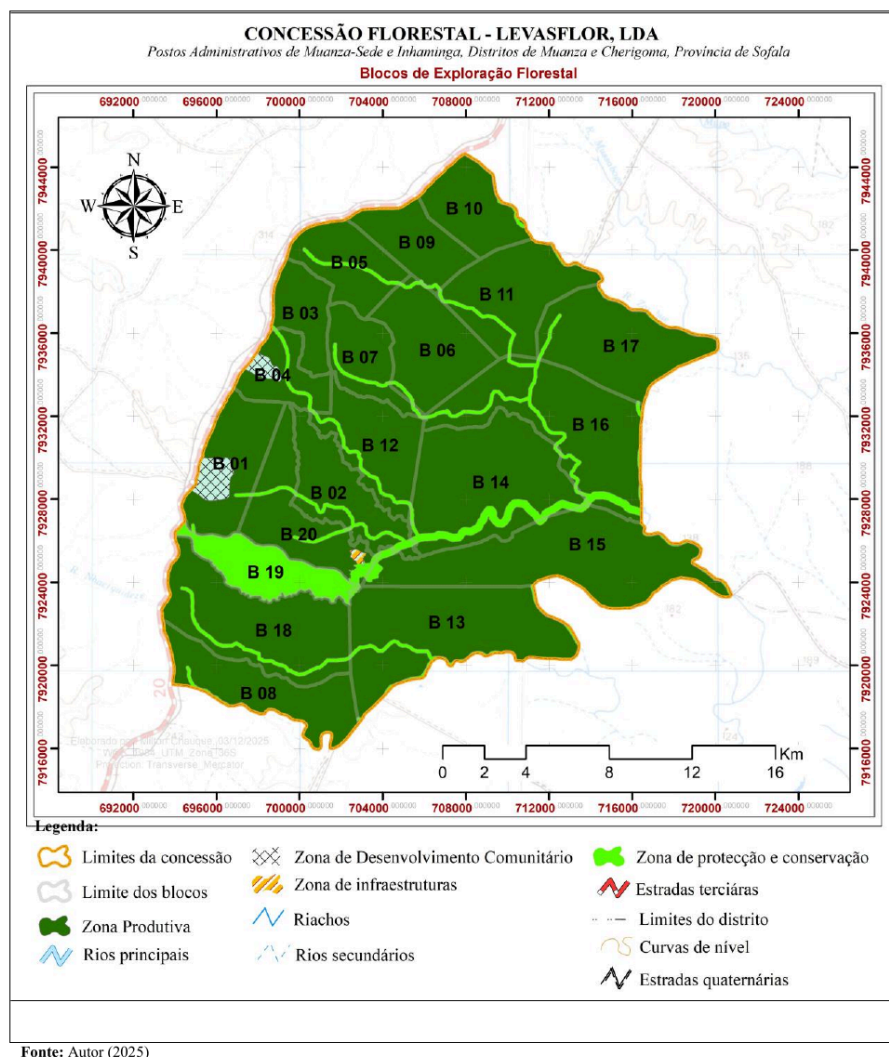


Figura 2 – Blocos de exploração florestal (B01 a B20). Fonte: Plano de Maneio Florestal Revisto, LevasFlor (2025).

6. Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM)

A concessão fornece diversos produtos florestais não madeireiros usados pelas comunidades locais, nomeadamente mel, bambu, palha para construção, frutos silvestres, plantas medicinais e matéria-prima para carvão vegetal. O Concessionário não explora comercialmente estes produtos (à excepção do apoio à produção de mel pelas comunidades), promovendo antes o seu uso sustentável para consumo próprio das populações locais, através de zoneamento e acompanhamento técnico.

Está prevista a implementação de um sistema de produção sustentável de carvão vegetal e biochar, a partir do aproveitamento de resíduos de exploração e de serração (cerca de 4.000 m³/ano e 1.740 m³/ano, respectivamente), com envolvimento das comunidades locais e recurso a fornos melhorados, respeitando raios de segurança contra incêndios.

7. Aspectos Sociais e Envolvimento Comunitário

7.1 Comunidades locais

No limite da concessão foram identificadas duas comunidades locais: Condue (192 famílias) e Nhantsanga (74 famílias), cuja subsistência assenta principalmente na agricultura tradicional e, em menor escala, na caça de

pequeno porte para consumo próprio. O envolvimento comunitário é feito através dos Comitês de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) locais, que constituem o principal canal de diálogo entre a empresa e as comunidades.

7.2 Emprego

A LevasFlor é um dos principais empregadores da região, com cerca de 197 postos de trabalho permanentes (39 ocupados por mulheres) e cerca de 20 trabalhadores sazonais, dos quais mais de 65% provêm das comunidades circunvizinhas.

7.3 Infra-estruturas e apoio social

Entre as principais infra-estruturas sociais construídas ou apoiadas pela empresa destacam-se: a Escola Primária Completa de Condue (com bloco administrativo e casas para professores), o Posto de Saúde de Condue, uma casa de hóspedes comunitária, um mercado local, igrejas, apoio à construção da primeira ponte sobre o rio Chineziua, reabilitação da estrada Condue–Maciambosa, fornecimento de material e mobiliário escolar, e bolsas de estudo.

Entre 2020 e 2024, o investimento agregado em responsabilidade social (apoio directo às comunidades, infra-estruturas, formação/bolsas, bem-estar dos trabalhadores e fiscalização/restauração participativa) ultrapassou 9 milhões de Meticals.

7.4 Plano de acção social 2025–2029

Para o período de vigência do presente plano de maneio, a empresa prevê continuar e reforçar as suas acções de responsabilidade social, com destaque para: apoio técnico a práticas agrícolas sustentáveis (sistemas agroflorestais, biocarvão e biofertilizantes) nas machambas da comunidade de Condue; construção de um armazém agrícola em Muanza; fornecimento de carteiras escolares aos distritos de Cheringoma e Muanza; e manutenção contínua da estrada Condue–Maciambosa e da ponte sobre o rio Chineziua.

8. Medidas Ambientais e Sociais

Os principais impactos ambientais e sociais associados às actividades de maneio incluem: redução pontual da diversidade específica, afugentamento temporário da fauna bravia, risco de contaminação dos solos por combustíveis/lubrificantes, alteração da paisagem e aumento da susceptibilidade da área a queimadas descontroladas. Para mitigar estes impactos, o Concessionário aplica, entre outras, as seguintes medidas:

- Corte selectivo de árvores de maior diâmetro e não incidência de exploração num raio mínimo de 50–100 m dos leitos dos rios;
- Manutenção de cerca de 10% da área total (4.622,20 ha) como zonas de protecção e conservação;
- Rede de aceiros (mínimo 6 m de largura) e prática de queimadas frias (Maio a Julho) para redução de material combustível;
- Corpo de 13 guardas florestais para controlo de acesso, fiscalização e combate à exploração ilegal e caça furtiva;
- Programas de reflorestamento e regeneração natural assistida (mais de 25.800 mudas plantadas entre 2020 e 2024, cobrindo cerca de 23,2 ha) a partir de viveiro próprio com capacidade para 15.000 mudas/ano;
- Sensibilização das comunidades locais sobre práticas agrícolas e uso do fogo, incluindo mecanismos de aviso prévio de queimadas controladas.

9. Sistema de Monitoria e Avaliação

O Concessionário monitoriza de forma contínua a implementação do plano de maneio, incluindo o abate (monitorizado semanalmente pelo gestor geral do projecto), a regeneração após exploração, o cumprimento dos volumes licenciados e os impactos socioeconómicos e ambientais das actividades. É efectuada uma avaliação anual das acções planificadas, com informação remetida ao Serviço Provincial do Ambiente (SPA).

Desde Abril de 2021, a empresa utiliza o sistema de rastreio digital MiomboTracks, que regista cada árvore desde o inventário pré-corte até ao pátio de toros da serração, reduzindo erros e aumentando a transparência da informação. A empresa dispõe ainda de uma equipa de fiscalização e auditoria interna, complementada por auditorias e inspecções externas regulares.

Os resultados de monitoria ambiental e social (nos termos do Indicador 8.4.1 e do Anexo G do FSC-STD-MOZ-01-2026) serão disponibilizados publicamente, em português e inglês, através de um Sumário Anual de Monitoria distinto do presente documento.

10. Actualização e Revisão do Plano de Maneio

A actualização do plano de manejo baseia-se nos inventários de pré-corte realizados anualmente em cada bloco a explorar, nos volumes efectivamente colhidos e nos resultados da monitoria e avaliação, incluindo auditorias de certificação. Em conformidade com o Indicador 7.4.1 do FSC-STD-MOZ-01-2026, o plano de manejo (e o presente sumário) será revisto e actualizado no mínimo a cada 3 anos, ou sempre que ocorram alterações significativas nas circunstâncias ambientais, sociais ou económicas da concessão.

11. Contacto para Mais Informações

As partes interessadas que desejem consultar componentes adicionais do Plano de Maneio Florestal (excluindo informação confidencial), nos termos do Indicador 7.5.2 do FSC-STD-MOZ-01-2026, podem contactar:

Contacto	Detalhe
Empresa	LevasFlor, Limitada
Endereço	Av. de Mártires da Revolução, nº 1718, Bairro de Macuti, Cidade da Beira, Sofala
Telefone	+258 848 401 241
Website	www.levasflor.com